

administrar a justiça de acordo com que é justo numa situação específica. Esse escopo confirma a idéia de que Ações Afirmativas, de um modo geral, são mecanismos politicamente deliberados de construção da igualdade e, portanto, eficazes na promoção da justiça social.

Mais conhecidas a partir das lutas anti-racistas das populações negras norte-americanas pelo reconhecimento dos seus direitos civis na década de 1960, as Ações Afirmativas hoje fazem parte da agenda de todas as nações do mundo signatárias da idéia de que as discriminações, racismos e intolerâncias de qualquer natureza, configuram-se como os principais impeditivos ao processo de expansão dos direitos de cidadania, auto-afirmação e desenvolvimento de todos os povos.

A literatura específica demonstra que nações como os Estados Unidos, o Canadá, a Holanda, a Índia, a África do Sul (pós-apartheid) e outras tantas, ao adotarem políticas de Ação Afirmativa, têm contribuído significativamente para a inclusão cidadã e o crescimento econômico-social de grupos historicamente discriminados. Os meios de comunicação nestes países confirmam que postos destacadas no mundo da política e do trabalho, representações significativas no mundo das artes, dos esportes e do entretenimento, assim como a presença nas instituições e cursos universitários de maior prestígio, não são mais privilégios exclusivos de um único grupo etno-racial.

Infelizmente essa realidade, mesmo incipiente e ainda muito aquém do desejável e justo, não é observada na sociedade brasileira.

Após a Conferência da ONU contra o Racismo, o Brasil passou a conhecer mais de perto alguma informação sobre o tema de quotas. Esta discussão, contudo, não é recente no Brasil e muito menos no mundo. Aqui, em 1968, o Ministério do Trabalho já propugnava pela necessidade da adoção de uma sistema de quotas no sentido de diminuir a distância social entre negros e brancos no mercado de trabalho e possibilitar o acesso de negros e negras neste mercado. Possivelmente essa proposição estava sob a influência dos poderosos movimentos civis dirigidos pelos afro-americanos que, à época, lutavam contra o racismo institucionalizado nos Estados Unidos. Uma das vitórias desse movimento foi justamente a da implantação, neste país, de uma política de quotas nas universidades, repartições públicas e empresas privadas. No Brasil, as medidas para superar as tragédias raciais e sociais sempre chegam atrasadas em relação a qualquer país do mundo. Basta lembrar que o Brasil foi o último país nas Américas a acabar com o tráfico de escravos e o último a abolir a escravidão; contemporaneamente, o nosso país lidera quase todas as estatísticas negativas em índices de analfabetismo, mortalidade infantil, baixos salários e de concentração de renda. Dessa forma,

